

PLANO DE TRABALHO

PROJETO: Direitos Humanos e Enfrentamento a mineração - formando defensores populares junto com os Povos e Comunidades Tradicionais atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho

Junho - 2025



PROJETO:

O presente documento visa apresentar ao Ministério dos Direitos Humanos, o Plano de Trabalho que detalhará a execução das ações previstas na Proposta do SICONV de nº **028374/2025**, através de recursos oriundos da Emenda Parlamentar Individual nº **40640015**, de autoria do(a) Deputado(a) **Rogério Correia**.

Junho/2025

PLANO DE TRABALHO



TÍTULO DA PROPOSTA:
Direitos Humanos e Enfrentamento a mineração - formando defensores populares junto com os Povos e Comunidades Tradicionais atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:	
1.1. INSTITUIÇÃO PROPONENTE:	
Nome:	Núcleo de Assessoria às comunidades Atingidas por Barragens - NACAB
CNPJ:	05.438.306/0001-48
Endereço:	Rua Santo Antônio, 30 apt. 02 João Braz da Costa Va
CEP:	36.576-208
Contato:	
E-mail:	
1.2. RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO PROPONENTE:	
Nome:	Marília Andrade Fontes
Cargo/função:	Presidente
CPF:	059.764.606-66
RG:	n.º 10537816
Endereço:	RUA F 325 LT ARUANA ATALAIA ARACAJU - SE
CEP:	49038-029
Contato:	31 9880-8720
E-mail:	marilia.atir3@nacab.org.br
1.3. RESPONSÁVEL PELO PROJETO:	
Nome:	Marília Andrade Fontes
Cargo/função:	Presidente
CPF:	059.764.606-66
RG:	n.º 10537816
Endereço:	RUA F 325 LT ARUANA ATALAIA ARACAJU - SE
CEP:	49038-029
Contato:	31 9880-8720
E-mail:	marilia.atir3@nacab.org.br
1.4. DADOS GERAIS DA PROPOSTA/ FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	
Funcional programática:	
Cód do programa/Siconv:	8100020250012
Nº da Proposta/Siconv:	028374/2025
Nº da Emenda Parlamentar:	40640015
Tipo/Autoria da Emenda Parlamentar:	Rogério Correia
Objeto:	Promoção e Defesa dos direitos humanos para todos e reparação de violações.
Nº de beneficiários atendidos pela proposta:	Estima-se que 800 diretamente beneficiadas e 2250 indiretamente beneficiadas com o resultado das ações.
1.5. CAPACIDADE TÉCNICA	
O NACAB é uma associação civil sem fins lucrativos que nasce em 1990 dentro da Universidade Federal de Viçosa (UFV), por iniciativa de um grupo multidisciplinar de professores, na forma de núcleo interdisciplinar de pesquisa, extensão e assessoria a pessoas e comunidades atingidas por empreendimentos hidrelétricos. Durante esse período	



o NACAB atuou com comunidades de mais de 20 municípios da bacia do rio Piranga, afluente do rio Doce. Nesses territórios o NACAB atuou diretamente no processo de luta das pessoas atingidas para mitigação de danos de 8 pequenas centrais hidroelétricas e 5 grandes centrais hidroelétricas.

Atualmente o NACAB atua em 2 assessorias técnicas independentes (ATIs), em 16 municípios mineiros. Possui 8 escritórios e conta com 173 funcionários de diferentes formações profissionais.

A execução do projeto contará com uma equipe técnica multidisciplinar, a ser contratada por meio de prestação de serviços, composta por coordenador(a) de campo, comunicador(a), três técnicos de campo (incluindo um com atribuições administrativas) e dois mobilizadores sociais. Além disso, o NACAB já dispõe de uma equipe administrativa interna capacitada para acompanhar processos de contratação, aquisição de bens e serviços e controle de cronogramas físicos e financeiros. Para a gestão da parceria junto à Plataforma Transferegov, a instituição conta com profissionais dedicados, com experiência prévia em operacionalização da plataforma e cumprimento das exigências legais relativas ao Termo de Fomento. Caso haja necessidade de reforço técnico pontual, está prevista no plano de trabalho a possibilidade de contratação de serviços complementares para apoiar a execução e o monitoramento do projeto.

2. APRESENTAÇÃO:

O Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB é uma organização da sociedade civil com mais de 20 anos de atuação na promoção dos direitos humanos, da justiça socioambiental e da reparação integral dos danos causados por grandes empreendimentos, especialmente pela mineração. Com forte presença em Minas Gerais, o NACAB desenvolve assessoria técnica independente para comunidades atingidas, articulando metodologias participativas, educação popular e produção compartilhada de conhecimento. Sua atuação é marcada pelo compromisso com a autonomia dos sujeitos coletivos, a valorização dos saberes locais e a construção de alternativas sustentáveis nos territórios atingidos.

Entre suas iniciativas, destacam-se a atuação como Assessoria Técnica Independente (ATI) nos territórios do Rio Paraopeba, de Conceição do Mato Dentro e de Macacos, em Nova Lima (MG), além de projetos como a “Teia Agroecológica de Mulheres”, que fortalece redes produtivas e políticas de mulheres atingidas, e o “Enfrentamento da Mineração na Zona da Mata”, voltado à formação de lideranças comunitárias e à articulação de estratégias de resistência nos territórios afetados. A trajetória institucional do NACAB, construída em parceria com universidades, movimentos sociais e órgãos públicos como as Instituições de Justiça de Minas Gerais, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério dos Direitos Humanos, além da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, comprova sua capacidade técnica e gerencial para executar o presente projeto, que propõe a formação de defensores populares com base na escuta, na organização social e na construção de alternativas para o enfrentamento da mineração predatória e para a reparação justa dos territórios atingidos.

3. JUSTIFICATIVA:

O rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em 2019, causou impactos sociais, ambientais e culturais devastadores, afetando diretamente centenas de comunidades ao longo da bacia do rio Paraopeba. Entre as populações mais atingidas estão os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que enfrentam desafios adicionais devido à vulnerabilidade histórica, à dispersão territorial e à dificuldade de acesso a políticas públicas de reparação. A Região 3 do atingimento, composta por dez municípios, é marcada por ausência de infraestrutura adequada e comunidades ruralizadas, desestruturação de formas tradicionais de organização social, e acesso desigual à informação sobre direitos. Dados de campo da Assessoria Técnica Independente apontam dificuldades recorrentes dessas populações em compreender, acessar e incidir sobre os mecanismos institucionais de reparação e sobre as decisões que afetam seus modos de vida e territórios.

O presente projeto visa enfrentar esse problema por meio da formação de defensores populares em direitos humanos e justiça ambiental, promovendo a capacitação política, técnica e pedagógica de lideranças comunitárias que atuam nas áreas atingidas, em especial em relação aos Povos e Comunidades Tradicionais. A proposta está alinhada ao Programa nº 5837 – Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações, do Ministério dos

Direitos Humanos, especificamente à Ação 21G5, que tem como objetivo a implementação de políticas de reparação, promoção e defesa dos direitos humanos, além da educação e cultura em direitos. A proposta se relaciona diretamente com esses objetivos na medida em que irá estruturar processos formativos, fortalecer redes locais e qualificar a participação social das comunidades atingidas, contribuindo para uma reparação mais justa, democrática e efetiva.

Os interesses entre conveniente e concedente se mostram plenamente convergentes. O NACAB, com sua trajetória consolidada na assessoria a comunidades atingidas por barragens e sua atuação direta na Região 3 do atingimento, reúne as condições técnicas e operacionais para executar com qualidade as ações propostas. Já o Ministério dos Direitos Humanos, como órgão responsável pela garantia e promoção de direitos, reforça, por meio dessa parceria, sua missão de assegurar justiça e reparação às populações historicamente vulnerabilizadas. O projeto materializa, assim, um nexos concreto de cooperação institucional voltado ao fortalecimento da cidadania nos territórios atingidos.

O público-alvo do projeto são 250 pessoas atingidas diretamente pelo rompimento da barragem, com foco especial em lideranças comunitárias e membros de PCTs dos municípios de Caetanópolis, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Maravilhas, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi e São José da Varginha. Estima-se um alcance indireto de mais de 850 pessoas, considerando os efeitos multiplicadores das atividades formativas, das redes de articulação e da difusão de informações nas comunidades e do poder sinérgico deste projeto com a Assessoria Técnica Independente que o Nacab desenvolve no mesmo território.

Espera-se, ao final da execução, que essas lideranças estejam capacitadas para atuar como agentes de transformação em seus territórios, com domínio das ferramentas jurídicas e políticas necessárias à garantia e promoção de seus direitos e à fiscalização dos processos de reparação. A consolidação de redes comunitárias, a produção de materiais educativos e a realização de intercâmbios e caravanas fortalecerão os vínculos entre as comunidades, estimulando a construção de estratégias coletivas de resistência e incidência política. Assim, a execução das etapas previstas permitirá enfrentar, de forma direta e estruturante, o problema da desinformação, da desmobilização e da fragilidade política dos atingidos, promovendo autonomia, participação e justiça nos territórios impactados.

4. OBJETO:

Formação de defensores populares em direitos humanos e justiça ambiental junto a Povos e Comunidades Tradicionais atingidos pelo rompimento da barragem de Brumadinho na Região 3.

5. BENEFICIÁRIOS:

O projeto beneficiará diretamente cerca de 250 pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho, com foco em lideranças comunitárias e membros de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). Estima-se ainda um impacto indireto em aproximadamente 850 pessoas, por meio da difusão das atividades formativas, da mobilização comunitária e do fortalecimento das redes de defesa dos direitos humanos e da justiça ambiental.

6. ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

O projeto será executado na Região 3 do atingimento do rompimento da barragem de Brumadinho, abrangendo dez municípios do estado de Minas Gerais: Caetanópolis, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Maravilhas, Papagaios, Pará de Minas, Paraopeba, Pequi e São José da Varginha. Esses territórios foram diretamente impactados pelo desastre socioambiental e concentram comunidades em situação de vulnerabilidade, especialmente Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), que são o foco das ações do projeto. A região localiza-se na porção centro-oeste do estado, em zona de transição entre o Vale do Paraopeba e o Alto São Francisco, com predominância do bioma Cerrado, áreas de mata ciliar, rios degradados e comunidades espalhadas entre áreas urbanas e rurais de difícil acesso. A área de abrangência inclui tanto zonas rurais quanto urbanas, com predominância do trabalho nas áreas



rurais, com ações presenciais desenvolvidas por meio de visitas, formações, acompanhamento porta a porta, mobilizações, caravanas e intercâmbios.

A previsão é de beneficiar diretamente cerca de 250 pessoas, com distribuição proporcional entre os municípios conforme a mobilização local e a articulação com lideranças, movimentos sociais e grupos comunitários já existentes. Essa estratégia garante que a presença do projeto se dê de forma equilibrada e sensível às dinâmicas territoriais, respeitando os diferentes níveis de organização social e demandas específicas de cada localidade. A escolha da área de abrangência também considera o acúmulo institucional do NACAB nesses territórios, especialmente por meio de sua atuação como Assessoria Técnica Independente, o que permite uma abordagem territorializada, com escuta qualificada e capacidade de articulação com atores comunitários, educacionais e institucionais locais.

7. OBJETIVOS:

7.1. OBJETIVO GERAL:

Promover o fortalecimento social, político e formativo de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho, especialmente de Povos e Comunidades Tradicionais da Região 3, por meio de ações de educação popular em direitos humanos e justiça ambiental, visando a ampliação da participação social, o estímulo à organização comunitária e a qualificação da incidência em processos de reparação

7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- **Mapear e mobilizar lideranças comunitárias e membros de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs)** dos dez municípios da Região 3 do atingimento, promovendo o vínculo com o projeto e identificando as principais demandas locais relacionadas à reparação e à violação de direitos.
- **Promover processos formativos em direitos humanos e justiça ambiental**, com uso de metodologias participativas, voltados ao fortalecimento da consciência crítica, da capacidade de reivindicação e da organização comunitária das pessoas atingidas.
- **Estimular a articulação em rede e o intercâmbio entre comunidades atingidas**, por meio de caravanas territoriais e encontros formativos, favorecendo a troca de experiências, a construção de estratégias coletivas e o fortalecimento da identidade territorial.
- **Ampliar a capacidade de incidência política das comunidades atingidas**, qualificando sua participação em espaços institucionais de decisão e nos processos de reparação, por meio da formação de defensores populares com domínio de instrumentos jurídicos, políticos e pedagógicos.
- **Produzir e distribuir materiais educativos acessíveis**, com conteúdo voltados aos direitos das populações atingidas, aos impactos da mineração e às políticas públicas de reparação, contribuindo para o acesso à informação e a construção de uma cultura de defesa de direitos.

8. RELAÇÃO DA PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

O Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens – NACAB possui reconhecida capacidade técnica e operacional para a execução do objeto proposto, consolidada ao longo de mais de 20 anos de atuação em territórios atingidos por barragens e mineração em Minas Gerais. Suas sedes administrativas contam com estrutura física e tecnológica adequada, com salas de trabalho, equipamentos de informática, acesso à internet de qualidade, veículos para deslocamento de equipes e recursos materiais para suporte às ações de campo. Este projeto será baseado no escritório do NACAB em Belo Horizonte. A instituição opera com procedimentos internos padronizados de planejamento, contratação, execução financeira, controle de despesas e prestação de contas, em conformidade com a legislação vigente e com experiências anteriores de execução de recursos públicos, incluindo parcerias com órgãos federais.

A execução do projeto contará com uma equipe técnica multidisciplinar, a ser contratada por meio de prestação de serviços, composta por coordenador(a) de campo, comunicador(a), três técnicos de campo (incluindo um com atribuições administrativas) e dois mobilizadores sociais. Além disso, o NACAB já dispõe de uma equipe administrativa interna capacitada para acompanhar processos de contratação, aquisição de bens e serviços e controle de cronogramas



físicos e financeiros. Para a gestão da parceria junto à Plataforma Transferegov, a instituição conta com profissionais dedicados, com experiência prévia em operacionalização da plataforma e cumprimento das exigências legais relativas ao Termo de Fomento. Caso haja necessidade de reforço técnico pontual, está prevista no plano de trabalho a possibilidade de contratação de serviços complementares para apoiar a execução e o monitoramento do projeto.

Dessa forma, o NACAB afirma que possui condições técnicas e operacionais para cumprir os prazos estabelecidos, assegurando a plena execução do objeto com qualidade, transparência e responsabilidade institucional.

9. ETAPAS					
META	ETAPA	PRODUTOS/ESPECIFICAÇÕES/AÇÕES	INÍCIO		FIM
Meta 1 Composição da equipe de trabalho para o fortalecimento social, político e formativo de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho	Etapa 1.1 - Seleção, contratação e Capacitação da equipe de trabalho.	Para constituir uma equipe eficiente, é essencial identificar as habilidades necessárias, selecionar candidatos, oferecer contratos transparentes, promover a integração dos novos membros, investir em capacitação contínua e fomentar um ambiente inclusivo e colaborativo para maximizar o compartilhamento de conhecimento e experiências.	12/2025		11/2026
	Etapa 2.1 Visitas às famílias	Nessa etapa o trabalho será iniciado a partir de um contato com as lideranças locais, seguido de incursões às comunidades para estabelecer vínculos, assim como promover uma sensibilização para os objetivos do projeto. Serão realizadas visitas familiares em aproximadamente 96 famílias ou grupos nos 10 municípios de abrangência do projeto.	12/2025	11/2026	
Meta 2 - Desenvolver ações sobre a conscientização sobre direitos humanos na região	Etapa 2.2 - Consolidação	Nesta etapa, as informações obtidas nas visitas individuais serão discutidas no coletivo e	12/2025	11/2026	



	ação de Coletivo de Pessoas Engajadas	será consolidada a rede de atores que atuará, em conjunto, representando seus municípios nos espaços de formação, debates e desenho de estratégias futuras.		
	<i>Etapas</i> 2.3 - Reuniões para Coletivizar Informações	A equipe fará reuniões formativas aplicando ferramentas participativas que desempenha um papel fundamental nas práticas de educação em direitos humanos, promovendo o envolvimento ativo dos participantes e facilitando a compreensão e a reflexão sobre questões apresentadas. Após o terceiro mês serão realizadas uma reunião por mês em cada comunidade, PCTs e a cada dois meses serão realizadas reuniões em conjunto. A reunião terá caráter formativo e organizativo.	12/2025	11/2026
	<i>Etapas</i> 2.4 - Realização de Intercâmbios e Caravanas	Os intercâmbios e caravanas emergem como uma metodologia advinda de práticas interdisciplinares que permitem a integração de diversas etapas essenciais para um engajamento eficaz e duradouro. Inicialmente, o planejamento cuidadoso do conteúdo é essencial para identificar as necessidades específicas da comunidade e estabelecer objetivos educacionais claros, adaptados ao contexto local. A escolha do local e formato adequados desempenha um papel crucial na garantia do envolvimento da comunidade. Ao selecionar uma área relevante, seja local ou uma comunidade específica para os intercâmbios, seja um trajeto para as caravanas, e ao optar por formatos acessíveis e envolventes, como caminhadas exploratórias ou oficinas temáticas, os intercâmbios e a caravana se tornam uma	12/2025	11/2026



		experiência significativa para os participantes. Uma comunicação eficaz e a mobilização ativa são fundamentais para atrair a participação da comunidade. Por meio de uma variedade de canais de comunicação, como mídias sociais, rádio comunitária e parcerias locais, e ao envolver líderes comunitários e educadores locais, é possível ampliar o alcance da iniciativa e garantir uma participação diversificada e representativa. A preparação de materiais educativos e informativos adequados é essencial para enriquecer a experiência dos participantes e fornecer informações relevantes sobre as questões abordadas durante as atividades. Guias de campo, folhetos informativos, recursos audiovisuais e materiais de coleta de dados ajudam a consolidar o aprendizado e a promover uma reflexão crítica sobre as questões dos direitos humanos.		
	<i>Etapas</i> 2.5 - Formação do de Defensor es populares dos Direitos Humanos	A aquisição do conhecimento sobre o direito das pessoas atingidas e dos Povos e Comunidades Tradicionais é fundamental para a eficiência dos processos de reparação e para a não repetição da violação de direitos. Propomos a integração de ações práticas e teóricas, relacionadas a percepção em relação aos direitos humanos e o atingimento, além de reflexões a respeito dos impactos da mineração nos territórios. Com essas medidas, buscamos criar uma cultura territorial que promova a preservação e a luta pelos direitos humanos. Serão realizadas formações com as	12/2025	11/2026



		comunidades realizada através de parcerias com universidades e movimento sociais. Para contribuir com a atividade, será elaborado material próprio com informações claras e acessíveis sobre questões ambientais ligadas à mineração. Esses materiais servem como ferramentas de aprendizado interativo, incentivando a reflexão e a adoção de práticas sustentáveis que preservem o território na lógica da garantia dos direitos humanos.		
--	--	---	--	--

10. CRONOGRAMA FÍSICO:				
META/ETAPA	ESPECIFICAÇÃO DA META / ETAPA	VALOR R\$	DATA INÍCIO	DATA TÉRMINO
Meta 1	Composição da equipe de trabalho para o fortalecimento social, político e formativo de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho	R\$ 375.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 1.1</i>	Seleção, contratação e Capacitação da equipe de trabalho.	R\$ 375.000,00	12/2025	11/2026
Meta 2	Desenvolver ações sobre a conscientização sobre direitos humanos na região	R\$ 125.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 2.1</i>	Visitas às famílias	R\$ 28.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 2.2</i>	Consolidação de Coletivo de Pessoas Engajadas	R\$ 28.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 2.3</i>	Reuniões para Coletivizar Informações	R\$ 19.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 2.4</i>	Realização de Intercâmbios e Caravanas	R\$ 25.000,00	12/2025	11/2026
<i>Etapa 2.5</i>	Formação de Defensores populares dos Direitos Humanos	R\$ 25.000,00	12/2025	11/2026

11. INDICADORES DE DESEMPENHO:			
META DETALHADA	ETAPA	INDICADOR/PRODUTO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Meta 1 - Composição da equipe de trabalho para o	<i>Etapa 1.1 - Seleção, contratação e Capacitação da equipe de trabalho.</i>	Equipe contratada para Execução do Projeto.	- Termo de referência - Ata de Seleção/ - Homologação - Contratos



fortalecimento social, político e formativo de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho			-Relatório com fotos
Meta 2 - Desenvolver ações sobre a conscientização sobre direitos humanos na região	<i>Etapa 2.1 - Visitas às famílias</i>	Número de famílias visitadas	Lista de presença, fotos, relatórios de campo, relatórios dos espaços participativos
	<i>Etapa 2.2 - Consolidação de Coletivo de Pessoas Engajadas</i>	Número de pessoas diretamente atendidas por localidade	Lista de presença, fotos, relatórios de campo, relatórios dos espaços participativos
	<i>Etapa 2.3 - Reuniões para Coletivizar Informações</i>	Número de reuniões	Lista de presença, fotos, relatórios de campo, relatórios dos espaços participativos
	<i>Etapa 2.4 - Realização de Intercâmbios e Caravanas</i>	Diversidade de elementos ambientais percebidos pelos participantes	Lista de presença, fotos, relatórios de campo, relatórios dos espaços participativos
	<i>Etapa 2.5 - Formação de Defensores populares dos Direitos Humanos</i>	Número de alunos participantes	Lista de presença, fotos, relatórios de campo, relatórios dos espaços participativos

12. METODOLOGIA:



Meta 1 Composição da equipe de trabalho para o fortalecimento social, político e formativo de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho

A meta é formar uma equipe coesa e diversificada para o projeto. Buscaremos indivíduos com habilidades complementares e formação múltipla, para construir um ambiente colaborativo, onde todos se sintam valorizados e motivados. A equipe será orientada por valores de respeito, confiança e comunicação aberta, visando alcançar resultados excepcionais e promover o crescimento pessoal e profissional de cada membro.

1.1 Etapa 1. Seleção, Contratação e Capacitação da Equipe de Trabalho:

Para constituir uma equipe eficiente, é essencial identificar as habilidades necessárias, divulgar vagas em diversos canais, selecionar candidatos através de processos criteriosos, oferecer contratos transparentes, promover a integração dos novos membros, investir em capacitação contínua e fomentar um ambiente inclusivo e colaborativo para maximizar o compartilhamento de conhecimento e experiências.

Ações:

1. Identificação das necessidades de habilidades e competências para o projeto.
2. Triagem e seleção de pessoal.
4. Oferta de contratos claros e atrativos, alinhados com as expectativas dos candidatos.
5. Implementação de programas de integração para novos membros, fornecendo informações sobre o projeto, cultura da empresa e processos.
6. Desenvolvimento de planos de capacitação contínua, incluindo treinamentos específicos e mentorias para aprimoramento profissional.
7. Estabelecimento de um ambiente de trabalho inclusivo e colaborativo, promovendo a troca de conhecimento e experiências entre os membros da equipe.

Meta 2 - Desenvolver ações sobre a conscientização sobre direitos humanos na região

Nesta etapa, será formado um coletivo composto por pessoas engajadas, mobilizadas em etapas anteriores, e comprometidas com a causa ambiental. Para que o coletivo se concretize em uma rede de pessoas conscientes, organizadas e articuladas, serão realizadas reuniões para compartilhar informações e planejar ações coletivas. Diversas ferramentas podem ser utilizadas nesses encontros, sendo que uma das estratégias apontadas é a realização de intercâmbios e caravanas que permitirá vivenciar diretamente os desafios nas localidades alvo neste projeto e qualificar o debate. Por fim, serão desenvolvidas ações específicas formação de defensores populares dos direitos humanos na região, incluindo palestras e projetos educativos, visando sensibilizar a população para os impactos nas atividades minerárias na região. Pretende-se então criar uma rede de direitos humanos que envolva a comunidade e as instituições educacionais, parceiros e movimentos sociais, contribuindo para a conscientização de direitos e mobilização para o enfrentamento à mineração.

2.1 - Etapa 1 - Visitas às famílias

Nessa etapa o trabalho será iniciado a partir de um contato com as lideranças locais, seguido de incursões às comunidades para estabelecer vínculos, assim como promover uma sensibilização para as os objetivos do projeto. Serão realizadas visitas familiares em aproximadamente 62 famílias nos 10 municípios da Região 3, além de 34 Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) já organizados da Região.

Ações:

- . Entrar em contato com lideranças e realizar visitas comunitárias.
- . Realização de visitas familiares (96 visitas nos primeiros 3 meses) - Meta Inicial

2.2 – Etapa 2 Consolidação de coletivo de pessoas engajadas

Nesta etapa, as informações obtidas nas visitas individuais serão discutidas no coletivo e será consolidada a rede de atores que atuará, em conjunto, representando seus municípios nos espaços de formação, debates e desenho de estratégias futuras.

Ações:

- Mobilização para reunião inicial
- Consolidação de grupo

2.3 – Etapa 3 - Reuniões para coletivizar as informações

A equipe fará reuniões formativas aplicando ferramentas participativas que desempenha um papel fundamental nas

práticas de educação em direitos humanos, promovendo o envolvimento ativo dos participantes e facilitando a compreensão e a reflexão sobre tais questões. Após o terceiro mês serão realizadas uma reunião por mês em cada comunidade e a cada dois meses serão realizadas reuniões em conjunto.

Ações:

Após o 3º mês 1 reunião por mês com cada grupo + 1 reunião bimestral com o conjunto dos grupos Mobilização e visitas esporádicas:

2.4 - Etapa 4 - Realização de Intercâmbios e Caravanas

Os intercâmbios e caravanas emergem como uma metodologia advinda de práticas interdisciplinares que permitem a integração de diversas etapas essenciais para um engajamento eficaz e duradouro. Inicialmente, o planejamento cuidadoso do conteúdo é essencial para identificar as necessidades específicas da comunidade e estabelecer objetivos educacionais claros, adaptados ao contexto local.

A escolha do local e formato adequados desempenha um papel crucial na garantia do envolvimento da comunidade. Ao selecionar uma área relevante, seja local ou uma comunidade específica para os intercâmbios, seja um trajeto para as caravanas, e ao optar por formatos acessíveis e envolventes, como caminhadas exploratórias ou oficinas temáticas, os intercâmbios e a caravana se tornam uma experiência significativa para os participantes.

A preparação de materiais educativos e informativos adequados é essencial para enriquecer a experiência dos participantes e fornecer informações relevantes sobre as questões abordadas durante as atividades. Guias de campo, folhetos informativos, recursos audiovisuais e materiais de coleta de dados ajudam a consolidar o aprendizado e a promover uma reflexão crítica sobre as questões dos direitos humanos.

Ações:

- . Planejamento do conteúdo
- . Definição de local e formato
- . Ações de comunicação e mobilização
- . Preparação de materiais (folhetos informativos, ferramentas de campo, equipamentos de segurança)
- . Avaliação do aprendizado

2.5 – Etapa 5 - Formação de Defensores populares dos Direitos Humanos

A aquisição do conhecimento sobre o direito das pessoas atingidas e dos Povos e Comunidades Tradicionais é fundamental para a eficiência dos processos de reparação e para a não repetição da violação de direitos. Propomos a integração de ações práticas e teóricas, relacionadas a percepção em relação aos direitos humanos e o atingimento, além de reflexões a respeito dos impactos da mineração nos territórios. Com essas medidas, buscamos criar uma cultura territorial que promova a preservação e a luta pelos direitos humanos. Serão realizadas formações com as comunidades realizada através de parcerias com universidades e movimento sociais. Para contribuir com a atividade, será elaborado material próprio com informações claras e acessíveis sobre questões ambientais ligadas à mineração. Esses materiais servem como ferramentas de aprendizado interativo, incentivando a reflexão e a adoção de práticas sustentáveis que preservem o território na lógica da garantia dos direitos humanos.

Ações:

- . Contratação de consultoria especializada
- . Preparação do curso e do material didático, junto com parceiros
- . Realização das formações
- . Elaboração de uma cartilha educativa sobre o tema

13. PRAZO PARA A EXECUÇÃO

Estima-se o prazo de **12 meses** a partir da assinatura do termo de fomento para a execução do projeto.

14. RECURSOS FINANCEIROS:

Os recursos financeiros para a execução do projeto serão provenientes da Emenda Parlamentar nº **40640015**, de autoria do **Deputado Federal Rogério Correia**, perfazendo o montante de **R\$ 500.000,00**. Não há contrapartida a ser oferecida pela proponente, em consonância com o disposto na Lei nº 13.019/2014 (fomento e colaboração).



15. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:				
PARCELA	MÊS PROGRAMADO	FONTE DO RECURSO		TOTAL
		Concedente	Conveniente	
Única	12/2025	R\$ 500.000,00	-	R\$ 500.000,00
Valor total: R\$ 500.000,00				

16. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO:						
Nº Item	Tipo de Despesa	Descrição	Qnt	Und	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	SERVICO	1.1.1 COMUNICAÇÃO	10	M	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
2	SERVICO	1.1.2 ESPECIALISTA DE CAMPO	10	M	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
3	SERVICO	1.1.3 ESPECIALISTA DE CAMPO	10	M	R\$ 5.000,00	R\$ 50.000,00
4	SERVICO	1.1.4 ESPECIALISTA DE CAMPO	11	M	R\$ 5.000,00	R\$ 55.000,00
5	SERVICO	1.1.5 MOBILIZADORES SOCIAIS	10	M	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
6	SERVICO	1.1.6 MOBILIZADORES SOCIAIS	10	M	R\$ 2.500,00	R\$ 25.000,00
7	SERVICO	1.1.7 COORDENAÇÃO DE CAMPO	12	M	R\$ 10.000,00	R\$ 120.000,00
8	SERVICO	2.1.1 Diárias	20	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
9	SERVICO	2.1.2. Veículo Aluguel (mensal)	4	Unid.	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
10	BEM	2.1.3. Combustível	640	L	R\$ 6,25	R\$ 4.000,00
11	BEM	2.1.4. Kit Material – 4 caixas de papel A4 com 10 resmas e 2 caixas de caneta com 50 canetas	2	Unid.	R\$ 1.080,00	R\$ 2.160,00
12	SERVICO	2.1.5 Alimentação (KIT Lanche: pão de queijo, bolo, suco, fruta, quitandas, sanduíche natural)	320	Unid	R\$ 50,25	R\$16.080,00
13	SERVICO	2.2.1 Diárias	20	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 4.000,00
14	SERVICO	2.2.2. Veículo Aluguel (mensal)	4	Unid.	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
15	BEM	2.2.3. Combustível	640	L	R\$ 6,25	R\$ 4.000,00
16	SERVICO	2.3.1. Veículo Aluguel (mensal)	4	Unid.	R\$ 3.500,00	R\$ 14.000,00
17	BEM	2.3.2. Combustível	640	L	R\$ 6,25	R\$ 4.000,00



19	SERVICO	2.4.1 Diárias	30	Unid.	R\$ 200,00	R\$ 6.000,00
20	SERVICO	2.4.2. Serviço de transporte (Ônibus ou Van)	3	Unid.	R\$ R\$ 4.000,00	R\$ 12.000,00
21	BEM	2.4.3. Cartaz/Folder (impressão - A4 10,5x14,8 cm – papel couche fosco)	1000	Unid.	R\$ 1,76	R\$ 1.760,00
22	SERVICO	2.5.1 Contratação de Consultoria	1	Unid.	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00

TOTAL R\$

R\$ 500.000,00

17. EQUIPES E PARCERIAS:

CARGO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	JORNADA DE TRABALHO	DURAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES	VALOR DA REMUNERAÇÃO COM ENCARGOS
1.1.7 - COORDENAÇÃO DE CAMPO	Superior completo (em qualquer área)	Realizar a coordenação geral do projeto	40h semanais	12 MESES	R\$ 120.000,00
1.1.2 ESPECIALISTA DE CAMPO	Superior completo (em administração/contabilidade/gestão de cooperativas ou área correlata)	Executar as atividades de administração executiva e financeira do projeto	40h semanais	11 MESES	R\$ 55.000,00
1.1.3 ESPECIALISTA DE CAMPO	Superior completo (em qualquer área)	Executar as atividades finalísticas do projeto	40h semanais	10 MESES	R\$ 50.000,00
1.1.4 ESPECIALISTA DE CAMPO	Superior Completo (em qualquer área)	Executar as atividades finalísticas do projeto	40h semanais	10 MESES	R\$ 50.000,00
1.1.1 COMUNICACÃO	Superior Completo (em jornalismo, relações públicas, desing, ou área correlata)	Executar as atividades de comunicação do projeto	40h semanais	10 MESES	R\$ 50.000,00
1.1.5 mobilizadores sociais	Nível Médio	Dar suporte às atividades finalísticas do projeto; realizar a mobilização com o público-alvo do projeto	40h semanais	10 MESES	R\$ 25.000,00
1.1.6 mobilizadores sociais	Nível Médio	Dar suporte às atividades finalísticas do projeto; realizar a mobilização com o	40h semanais	10 MESES	R\$ 25.000,00



		público-alvo do projeto			
--	--	-------------------------	--	--	--

18. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do presente projeto serão conduzidos como dimensões centrais para garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos e a efetividade das ações propostas. A execução do projeto será acompanhada periodicamente pelo coordenador geral do projeto. Do ponto de vista institucional, a diretoria da instituição, com o apoio da coordenação geral e das demais áreas envolvidas, irá realizar monitoramento periódico de execução e resultados. O acompanhamento ocorrerá de forma contínua, por meio do acompanhamento dos indicadores de desempenho, relatórios mensais e reuniões de alinhamento político ou técnico-operacional. Os critérios utilizados para a aferição do desenvolvimento das atividades incluirão o cumprimento das metas estabelecidas, a adesão e participação das comunidades envolvidas, a qualidade dos produtos entregues e a coerência entre os objetivos propostos e os resultados parciais observados. A comunicação com o órgão concedente será mantida regularmente, com o envio de relatórios, sistematizações temáticas e reuniões de monitoramento conjuntas, sempre que necessário.

A avaliação final do projeto será realizada ao término da execução, com base em métodos participativos e técnicas de sistematização de experiências. Serão considerados tanto os resultados quantitativos (metas cumpridas, pessoas mobilizadas, materiais produzidos) quanto qualitativos (transformações percebidas nos territórios, fortalecimento das redes locais e avanços na defesa de direitos). Para isso, serão utilizados instrumentos como formulários de avaliação, entrevistas com beneficiários, registros de campo, materiais produzidos e oficinas de balanço coletivo. Embora os impactos de médio e longo prazo extrapolem o tempo da parceria, o projeto prevê a elaboração de um plano de continuidade e recomendações para políticas públicas, garantindo que os efeitos das ações possam ser acompanhados futuramente pelos próprios atores locais e por redes parceiras. Essas informações constarão no relatório final do projeto.

19. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Riscos identificados	Análise qualitativa dos riscos	Resposta aos riscos identificados	Monitoramento e controle dos riscos
Baixa adesão das comunidades beneficiadas às atividades do projeto	Risco baixo. As comunidades beneficiadas já estão inseridas em processos de mobilização anteriores conduzidos pela assessoria técnica, o que aumenta a adesão e engajamento nas atividades propostas.	Fortalecer as ações de mobilização com apoio de lideranças locais e comunicação direta	Acompanhamento mensal das taxas de participação e adaptação das estratégias de mobilização
Dificuldade de contratação de profissionais qualificados nos prazos previstos	Risco alto. Profissionais com perfil específico podem não estar disponíveis no tempo necessário	Antecipar processos seletivos e manter banco de profissionais previamente cadastrados. Buscar profissionais que já possuem relação com o NACAB	Revisão quinzenal da equipe técnica e plano de reposição rápida em caso de vacâncias
Problemas logísticos para deslocamento entre municípios	Risco médio. A logística depende de infraestrutura e veículos adequados	Prever rotas alternativas, aluguel de veículos e cronograma com folgas operacionais	Relatórios e avaliação mensal, que inclua a situação de transporte e deslocamentos
Baixa articulação institucional com parceiros e órgãos públicos locais	Risco médio. A articulação pode ser comprometida por agendas ou falta de interesse local	Realizar reuniões de planejamento com antecedência e garantir alinhamento estratégico.	Relatórios de parceria e reuniões de avaliação com parceiros locais a cada bimestre



		Fortalecer vínculo com os pareceres do NACAB.	
Imprevistos climáticos que afetem atividades presenciais em campo	Risco baixo. As ações são majoritariamente em espaços comunitários, mas podem ser impactadas por chuvas	Manter plano B com alternativas remotas e ajustes de cronograma em caso de intempéries	Relatórios meteorológicos e replanejamento conforme previsão e impactos observados

20. DIVULGAÇÃO DO PROJETO

A comunicação será tratada como eixo estratégico na execução do projeto. Para isso, será desenvolvida ações de comunicação que abarquem desde a divulgação inicial das ações até o compartilhamento dos resultados alcançados, de forma acessível, didática e culturalmente adequada às realidades dos territórios envolvidos. Essas ações têm como objetivos informar as comunidades sobre as etapas do projeto, engajar os participantes nas atividades propostas, valorizar experiências bem-sucedidas, e ampliar a visibilidade das ações para estimular o apoio de novos parceiros e instituições públicas e privadas.

A estrutura de comunicação institucional do NACAB será utilizada para viabilizar essas ações, contando com seus canais já consolidados: site oficial, redes sociais (Instagram, Facebook, YouTube), boletins digitais, assessoria de imprensa e materiais gráficos. Também serão utilizados meios populares de comunicação nos territórios, como rádios comunitárias, cartazes e encontros presenciais. As atividades de comunicação contarão com um profissional dedicado à área, que será responsável por coordenar os conteúdos, registrar as ações, divulgar informes periódicos e articular com veículos locais e regionais. A abordagem comunicacional será orientada pelos princípios da comunicação popular, garantindo protagonismo às vozes locais e valorizando as narrativas das pessoas atingidas.

21. FUTURO DO PROJETO

A sustentabilidade e a continuidade das ações previstas neste projeto estão entre seus principais compromissos do NACAB em sua parceria com o Ministério dos Direitos Humanos. A proposta foi construída com base em metodologias participativas e no fortalecimento de capacidades locais, o que favorece a apropriação comunitária dos resultados e a sua manutenção no médio e longo prazo. Após a conclusão do projeto, espera-se que os coletivos formados, os defensores populares capacitados e as articulações institucionais fortalecidas sejam capazes de dar prosseguimento às ações iniciadas, replicando metodologias, ampliando redes e atuando como multiplicadores em seus territórios.

Para garantir essa continuidade, o NACAB pretende desenvolver estratégias de captação de novos recursos junto a fundos públicos e privados, organismos nacionais e internacionais, além de estreitar parcerias com universidades, movimentos sociais e órgãos públicos locais. Também está prevista a institucionalização das práticas bem-sucedidas e a integração das ações em políticas públicas locais e regionais. A experiência acumulada poderá ainda ser sistematizada e transformada em referência para futuros projetos em outros territórios afetados por violações de direitos humanos, especialmente em contextos de mineração.

Belo Horizonte, 21 de Julho de 2025

Marília Andrade Fontes



Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
 Hash SHA256 do PDF original 856a4d5fef111971adb844c95b074a517bb0833cf08e68a1d5ca3012dcbf7133
<https://valida.ae/f2717c69cca6ce7cb9eb6a89b8278c381dc223b1b95b814e1>



Presidente



Página de assinaturas



Marilia Fontes
059.764.606-66
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|--------------------------------|---|--|
| 16 set 2025
16:14:48 |  | Mateus Soares de Souza criou este documento. (Email: mateusbg.atir3@nacab.org.br, CPF: 062.843.036-10) |
| 16 set 2025
16:15:55 |  | Marilia Andrade Fontes (Email: mariliaafontes@gmail.com, CPF: 059.764.606-66) visualizou este documento por meio do IP 187.20.85.134 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil |
| 16 set 2025
16:16:00 |  | Marilia Andrade Fontes (Email: mariliaafontes@gmail.com, CPF: 059.764.606-66) assinou este documento por meio do IP 187.20.85.134 localizado em Belo Horizonte - Minas Gerais - Brazil |

